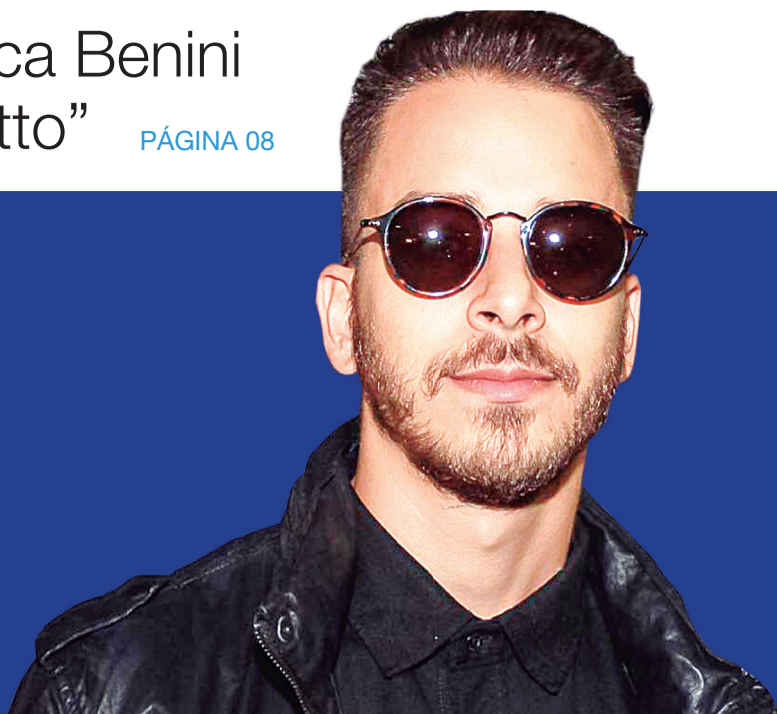




Junior Lima vai ser papai! Monica Benini está grávida de um menino: "Otto" PÁGINA 08



Gazeta

Quinta-feira

Goiânia, 16 de março de 2017

Ano 12 - Edição 3096

R\$ 0,50

do Estado



portalgazeta



gazetadoestado



62 99118-3777 www.portalgazeta.com.br

JUSTIÇA & CIDADANIA

Janot agradece colegas por trabalho sobre-humano com delações e fala em "democracia sob ataque"

Procurador-Geral da República entregou na terça-feira 320 pedidos ao STF

PÁGINA 02

Justa causa de auxiliar acusado de combinar falta coletiva por WhatsApp é afastada

PÁGINA 02

Fotos: Divulgação



CONQUISTA

Há 20 anos, Senado liberava uso de calça comprida para mulheres no Plenário

O uso do traje era proibido até 1997, quando um ato do então presidente, senador Antônio Carlos Magalhães (1927-2007), permitiu a entrada e a permanência de mulheres com essa vestimenta. O uso também foi liberado nas salas das comissões, na sala do café dos senadores, na tribuna de honra e na bancada de imprensa

PÁGINA 03

"VAMOS PARAR O PAÍS"

PÁGINA 04

Forças policiais vão parar por causa da PEC da Previdência



Dênio Simões/Ag. Brasília

MEIO AMBIENTE

Ações educativas estimulam mudança de comportamento durante seca no DF

PÁGINA 06





■ **Bráulio Duarte**
braulio@ayresduarte.adv.br

Problemas de consumo podem ser resolvidos por conciliação on-line

Problemas de consumo estão no topo dos assuntos mais demandados no Judiciário. De acordo com dados do CNJ, questões relativas ao consumo ocupam o 4º lugar do ranking, com 1,6 milhão de ações.

A fim de solucionar os problemas dos clientes de forma mais célere e menos onerosa, não só os consumidores, mas as empresas cada vez mais buscam alternativas práticas - é o que afirma a coordenadora da Vamos Conciliar, Câmara de Conciliação e Mediação on-line, Mirian Queiroz.

Foi o que aconteceu com o empresário Matheus Mariani. A fritadeira recém comprada apresentou defeito. Após esperar, sem sucesso, mais de 30 dias pelo conserto, o consumidor acionou a Justiça. O processo se arrastou por quase um ano, até que a empresa de eletrodoméstico resolveu tentar um acordo com o cliente. Para isso, utilizou um serviço de conciliação on-line. A negociação foi toda pela internet - o representante da empresa em SP, o consumidor no ES e o conciliador no DF. Após propostas e adequações de ambas as partes, o acordo foi feito: a empresa fabricante irá enviar um novo produto, de modelo superior a R\$ 1.000,00.

O advogado Raphael Ramos (Nelson Willians & Advogados Associados) aponta que muitas destas questões são semelhantes e teoricamente de fácil resolução. Diante disto, a conciliação se torna "um instrumento cada vez mais importante ao consumidor, que pode ter seu problema resolvido muito mais rapidamente, de forma eficiente, sem desgastes emocionais".

MIGALHAS

Justiça & Cidadania

Janot agradece colegas por trabalho sobre-humano com delações e fala em "democracia sob ataque"

Procurador-Geral da República entregou na terça-feira 320 pedidos ao STF

No mesmo dia em que encaminhou ao Supremo 83 pedidos de abertura de inquérito, o procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, agradeceu os colegas do MP e da força-tarefa da Lava Jato pelo "trabalho sobre-humano" desenvolvido com as 77 delações da Odebrecht e da Braskem. Em carta interna, Janot afirma que as declarações revelam "os meandros da corrupção em nosso país de forma jamais imaginada". Ele também afirmou que os fatos relatados à Justiça mostram "uma democracia sob ataque e, em grande medida, conspirada na sua essência pela corrupção e pelo abuso do poder econômico e político".

Janot aponta que o MP terá de enfrentar dois desafios institucionais: man-

ter a imparcialidade diante dos embates políticos; e velar pela coesão interna.

"Não temos a chave mágica para a solução de todos os problemas revelados com a Lava Jato - especialmente agora, com a colaboração da Odebrecht -, mas, na parte que nos compete, asseguro a todos vocês que continuarei a conduzir o caso sob o viés exclusivamente jurídico, sob o compasso da técnica e com a isenção que se impõe a qualquer membro do Ministério Público."

Ele também destaca que "o trabalho desenvolvido na Lava Jato não tem e jamais poderia ter a finalidade de criminalizar a atividade política", e que as investigações representam uma oportunidade de depuração do processo político nacional.

Justa causa de auxiliar acusado de combinar falta coletiva por WhatsApp é afastada

A 6ª turma do TST rejeitou, por unanimidade, recurso da Livraria Cultura contra decisão que afastou a justa causa aplicada a um auxiliar de logística acusado de combinar com colegas falta coletiva ao trabalho num grupo do aplicativo WhatsApp. O colegiado entendeu que não ficou comprovada a sua participação na combinação. Na reclamação trabalhista, o auxiliar disse que não praticou qualquer ato de indisciplina e insubordinação, e justificou a ausência com atestado médico. Na contestação, a Cultura disse que, no dia da falta, constatou a ausência de oito empregados na equipe de recebimento e, ao ser informada da combinação, tomou medidas para apurar o que denominou de "motim". Questionou ainda a autenticidade do atestado apresentado pelo auxiliar, porque o CID informado por médico ortopedista era de "retardo mental leve", que poderia "ser facilmente fraudado".

O juízo da 1ª vara do Trabalho de Guarulhos/SP

verificou, nas imagens de telas de WhatsApp anexadas ao processo, que, meses antes, um empregado criou o grupo e adicionou o auxiliar. Na véspera do dia da falta, houve mensagens combinando a ausência, mas as conversas não demonstraram a inclusão nem a participação do auxiliar. Assim, afastou a justa causa e condenou a livraria ao pagamento de indenização por dano moral de R\$ 25 mil.

O TRT da 2ª região confirmou a sentença, com base na ausência de provas. Quanto ao atestado médico, considerou a possibilidade de erro com outro CID parecido, relativo a "transtorno não especificado dos tecidos moles", uma vez que foi emitido por médico ortopedista.

Em agravo pelo qual tentava trazer o caso ao TST, a livraria insistiu na validade da justa causa, mas o relator observou que tais alegações contradizem o entendimento do TRT no sentido da inexistência de provas da participação do auxiliar e de fraude.



Animais de Estimação

O deputado estadual Gustavo Sebba (PSDB) apresentou projeto de lei que dispõe sobre a permissão para a visita de animais domésticos e de estimação em hospitais da rede pública e privada, contratados e conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito do Estado de Goiás. Com essa iniciativa ficaria permitido a presença de animais domésticos e de estimação por período pré-determinado e sob condições prévias para a visita de pacientes internados, respeitando-se os critérios definitivos por casa unidade de saúde.



Recursos

Uma comitiva formada pelos vereadores da Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia e o prefeito da cidade, Gustavo Mendanha (PMDB), foi à Brasília. Para o presidente da Câmara, vereador Vilmarzin (PMDB), essa busca por recursos deve ser constante, ainda mais em tempos de crise nacional. "Nesses dois dias serão mantidos muitos contatos e espero que resultados positivos sejam trazidos na volta para Aparecida. O momento conturbado que a economia do país está passando torna ainda mais importante ações como essas, até para que o município seja lembrado", destacou Vilmarzin.

Incentivo

O Banco do Povo de Goiás liberou uma ordem de serviço no valor de 1 milhão de reais para micro e pequenos empreendedores de Caldas Novas. A iniciativa vai ajudar as pessoas que trabalham na informalidade e querem abrir ou até mesmo expandir seus negócios. A intenção é fazer uma reestruturação na unidade de atendimento, dando suporte direto para atender melhor a população do município. O Banco do Povo é de fácil acesso ao crédito. Não é um banco convencional, é um programa social, que atende ao micro e pequeno empreendedor para gerar emprego e desenvolvimento social.

Previdência

A deputada Delegada Adriana Accorsi (PT) subiu à tribuna e criticou a proposta de reforma da Previdência, proposta pelo Governo Temer (PMDB). "Se aprovada, essa reforma fará com que a população passe 49 anos contribuindo intersetivamente e se aposente somente após os 65 anos. Como um policial ou uma professora, que precisam fazer curso superior e concurso público, vão poder se aposentar assim? Essa reforma é um desrespeito com o povo brasileiro e nós não vamos aceitar isso. Peço aos deputados que fiquem atentos ao anseio do povo, que já deu o seu recado", finalizou.



Acessíveis

Vestiários adaptados para portadores de necessidades especiais. Esta é a proposta do vereador Zander (PEN) apresentada ontem na Câmara Municipal de Goiânia. Segundo o projeto os estabelecimentos que comercializam roupas, calçados e similares deverão instalar ou adaptar provedores acessíveis aos deficientes ou pessoas com mobilidade reduzida segundo critérios de acessibilidade, mobiliário, espaço e equipamentos definidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).



■ **Brenno Alves**
@brennoalvesalmeida
alves.brenno@gmail.com

Rápidas

■ Sai à lista de inscrições habilitadas para sorteio das casas do Governo de Goiás. O sorteio das 1.455 moradias será realizado pela Agehab no dia 24 próximo.

■ Até o final de 2018, o município de Aparecida de Goiânia estará 100% coberto com saneamento básico.

■ José Vitti entrega ambulâncias e carro novo em Palmeiras de Goiás

■ Passe Livre Estudantil será implantado em Anápolis.

■ Projeto de lei que obriga os fabricantes a aplicarem selo higiênico reciclado em latas de alumínio de cervejas, refrigerantes e sucos. De iniciativa do ex-vereador Paulo da Farmácia (PSDC) foi aprovado na Câmara Municipal de Goiânia.



CONQUISTA

Há 20 anos, Senado liberava uso de calça comprida para mulheres no Plenário

Fotos: Divulgação



Senador Antônio Carlos Magalhães permitiu a entrada e permanência de mulheres com a vestimenta

A primeira vez que uma mulher teve permissão para usar calça comprida no Plenário do Senado foi há duas décadas

ROTA JURÍDICA - O uso do traje era proibido até 1997, quando um ato do então presidente, senador Antônio Carlos Magalhães (1927-2007), permitiu a entrada e a permanência de mulheres com essa vestimenta. O uso também foi liberado nas salas das comissões, na sala do café dos senadores, na tribuna de honra e na bancada de imprensa.

Uma questão simples, mas que só foi resolvida há 20 anos, revela como ainda é recente a participação das mulheres na vida política do país. Eunice Michiles, a primeira senadora eleita do Brasil, assumiu o cargo em 1979. Na época não havia nem mesmo um banheiro feminino no Plenário. Atualmente, a Casa tem 13 senadoras.

DENTRO DO FUSCA

Ainda nos anos 70, quando trabalhava como jornalista, a senadora Ana Amélia (PP-RS) se destacou como a primeira mulher comentarista de economia no Rio Grande do Sul. Ao viajar para cobrir a Festa da Uva no interior foi informada que não poderia entrar no evento de calça compri-

da. Como havia levado um vestido, voltou para o carro e trocou a roupa ali mesmo, dentro de um fusca, protegida por um policial militar.

“Eu sou uma pessoa muito prática. Entre contestar uma regra que não ia ser mudada naquela hora e fazer o meu serviço, eu preferi trabalhar. Essa regra seria mudada posteriormente, mas mesmo no jornal onde eu trabalhava em Porto Alegre era proibido entrar de calça comprida”, relata.

No Senado, Ana Amélia é adepta dos elegantes conjuntos de calça social e blazer. Ela aponta o avanço mais rápido das mulheres nas carreiras de Estado,

via concurso público, mas acredita que a maior participação na política é uma questão de mudança gradual da mentalidade.

“Os desgastes do processo político, os escândalos, inibem e afastam um pouco as mulheres, mas chegamos em 2010 a ter uma presidente da República eleita pela primeira vez na história do Brasil. Então, eu acho que isso é um passo a passo”, avalia.

CONQUISTA

A Procuradoria Especial da Mulher no Senado é presidida por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Para ela, os tempos da proibição da cal-

ça comprida ficaram para trás, mas demorou muito.

“A permissão tardia mostra o quanto a desigualdade de gênero foi e é naturalizada e precisa ser questionada, tanto nos poderes da República quanto em toda a sociedade. Cheguei à Câmara dos Deputados em 1998 e essa questão havia sido superada naquela Casa graças às precursoras da igualdade, como a deputada Ivete Vargas e ainda as componentes da Bancada do Batom, durante o período da Constituinte, quando eram apenas 25 deputadas e nenhuma senadora”, ressalta Vanessa.

Para a parlamentar, a

existência da Procuradoria Especial da Mulher, ao debater os temas femininos, “é o melhor exemplo da conquista de um espaço que chame a atenção para esta e outras situações arbitrárias”.

“Aqui conquistamos apenas no ano passado o banheiro feminino no Plenário, veja só”, destaca.

IGUALDADE

Na esteira das mudanças também foi criado o Comitê pela Promoção de Igualdade de Gênero do Senado, que aderiu em 2012 ao Programa Pró-Equidade da Secretaria de Política para as Mulheres e já ganhou dois selos de boas práticas.

Maria Terezinha Nunes, gestora do programa, avalia que a proibição da calça comprida fez parte de uma cultura mais rígida, que determinava a vestimenta considerada adequada para o homem e para a mulher.

“A mobilização feminina ao longo dos últimos anos permitiu que esses padrões culturais fossem rediscutidos, e com isso a mulher foi se liberando”, observa Maria Terezinha.

Entre as ações do comitê está a garantia de igualdade na ocupação de cargos de destaque no Senado. Sem o problema da diferença salarial, o desafio é fazer com que as servidoras, que representam um terço dos ocupantes de

função, também tenham acesso aos cargos mais altos. Essa readequação da força de trabalho passa pelo estímulo à participação das mulheres com a oferta dessas posições.

“Independente de terem filhos ou não, é preciso oferecer e deixar que elas decidam se aceitam o cargo. Às vezes você reproduz estereótipos sem sentir, como o de que as mulheres não podem se dedicar à vida profissional por causa da preocupação com a vida doméstica. Esse estereótipo sobre o que as mulheres podem fazer ou o que podem vestir traz prejuízos para elas”, constata.

A exigência do uso de vestido ou saia para o acesso ao Plenário retratava a cultura do país. O uso da calça comprida por mulheres, mesmo nas ruas, foi motivo de escândalo até meados do século passado.

Pela praticidade, a peça, antes considerada exclusiva do guarda-roupa masculino, agora está entre os trajes preferidos das mulheres no Senado.

“Se a gente deixar ao sabor do tempo, demora demais para as coisas acontecerem. Os movimentos feministas foram um impulso maravilhoso para desnaturalizar esses padrões rígidos. E essa cultura vai mudando, graças a Deus”, comemora Maria Terezinha.

VIDA PREGRESSA

Justiça permite que candidato desclassificado continue participando de concurso para Agente Prisional

Em decisão unânime, a 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), manteve sentença da comarca de Goiânia, que determina a anulação do ato administrativo que impedia a participação de Raphael Diogo de Jesus nas demais fases do concurso para o cargo de Agente Prisional. O relator foi o desembargador Itamar de Lima.

Consta dos autos, que Raphael Diogo participou do último certame, que previa a contratação de Agente de Segurança Prisional de Goiânia. Ele foi desclassificado na 5ª fase, que correspondia ao teste psicológico. Ele relatou,

no processo, que não foi aprovado por causa da sua vida pregressa, uma vez que já foi réu em ações penais, tendo respondido por apropriação indébita e porte de drogas.

Entretanto, Raphael Diogo argumentou, em juízo, que já havia sido extinta a sua punibilidade pelo cumprimento da pena imposta a ele pelo crime de apropriação indébita. Com relação ao porte de drogas, ele afirmou que a acusação foi considerada improcedente. Por sua vez, o Estado de Goiás alegou que o impetrante não atendeu os requisitos exigidos no edital, demonstrando que o

autor não possui capacidade para enfrentar os desafios que a profissão exige, ou seja, não tem equilíbrio emocional.

Em sua decisão, o desembargador Itamar de Lima, no entanto, descartou a tese sustentada pelo Estado de Goiás, uma vez que que entendeu terem sido comprovadas as alegações do autor por meio de certidões cíveis e criminais negativas. “O impetrante entregou todos os documentos exigidos no edital, inclusive as certidões cíveis e criminais negativas, não havendo nada que desabone a sua conduta moral e justifique a eliminação do certame”, sustentou.

Ressaltou, ainda, que a função de agente penitenciário exige do candidato qualidades e requisitos diferenciados, entretanto, não se pode, sob tais fundamentos, admitir interpretações ofensivas aos princípios constitucionais. “O equilíbrio emocional é essencial para o desempenho de qualquer profissão. Porém, é injusto desclassificar um candidato simplesmente em razão de ter respondido a ações penais, sem valorar o advento da absolvição, em um processo, e da extinção da punibilidade pelo cumprimento da pena restritiva de direitos em outro”, finalizou o desembargador. TJGO

PEDIDO DO ASPEC

TJ manda que perícia e elaboração de laudos sejam feitas exclusivamente por peritos oficiais

O desembargador Gerson Santana Cintra, presidente da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), determinou que o Estado de Goiás informe e comprove, em dez dias, o cumprimento do acórdão proferido em mandado de segurança que estipulou que a realização de perícia e elaboração de laudos periciais seja feita exclusivamente pelos peritos oficiais.

Assim, pela decisão, os laudos não poderão ser realizados por nenhum outro profissional. “Foi concedida segurança pleiteada, no sentido de que a realização de perícia e elaboração de laudos periciais é de competência

exclusiva daqueles que se qualificam como perito oficial, não podendo qualquer profissional autuar nesse segmento”, destacou.

A ação foi proposta pela Associação dos Peritos Criminalistas de Goiás (Aspec-GO), que salientou que “os documentos que acompanham a presente medida processual eximem de dúvida que, apesar de ter sido prolatada decisão, devidamente conhecida pelas partes, estão sendo adotadas condutas contrárias às disposições do decisor, mormente quanto a realização de perícias e elaboração de laudos periciais por profissional que não qualificados como perito oficial”. ROTA JURÍDICA

“VAMOS PARAR O PAÍS”

Forças policiais vão parar por causa da PEC da Previdência

Fotos: Divulgação



Decisão foi tomada em assembleia geral unificada realizada na manhã desta quarta-feira, 15, na Assembleia Legislativa do Estado

CARLA BORGES - As forças policiais em todo o país vão parar as atividades em protesto pelo fim da aposentadoria policial, prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287, a PEC da Previdência. A decisão foi tomada em assembleia geral unificada na manhã desta quarta-feira, 15, na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego). A data do início da paralisação será definida em assembleia

da União das Polícias do Brasil (UPB), entidade que reúne representantes de todas as categorias policiais. “Vamos parar o País”, diz o presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Estado de Goiás (Sinpol-GO), Paulo Sérgio Alves de Araújo. Outra decisão da assembleia foi de ir a Brasília na próxima semana para participar de uma grande mobilização contra a PEC 287.

Participaram da assembleia geral unificada policiais civis, federais, rodoviários federais, agentes de trânsito, auxiliares de autópsia, delegados de polícia, peritos criminais e representantes de outras categorias ligadas à segu-

rança pública. Inicialmente, foi realizado um grande ato conjunto, com a participação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de outras categorias dos servidores públicos, como o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Goiás (Sintego). Depois, as demais categorias saíram em passeata da Alego em direção à Praça Cívica e os representantes dos policiais permaneceram na assembleia para debater os próximos passos do movimento.

Paulo Sérgio lembrou que o texto da PEC, como está, representa, na prática, o fim da aposentadoria policial, já que a expectativa de vida do policial brasilei-

ro é de 59 anos e a PEC prevê 49 anos de contribuição e idade mínima de 65 anos. “Querem matar o policial”, resumiu o presidente do Sinpol, ao pedir que cada colega policial civil consentisse outro e peça a ele que convença outro sobre a importância da participação, formando, assim, uma corrente. A deputada estadual Adriana Accorsi, que é delegada de Polícia Civil, apoiou o ato. “O que o Paulo falou é sério, a população não está sabendo da gravidade da PEC”, disse a deputada. “Dou os parabéns aos policiais por essa mobilização. Conte comigo, Paulo, contem comigo todos os colegas”, finalizou Adriana Accorsi.

SEGURANÇA

Guarda Civil Metropolitana recupera equipamentos de alto custo

A Guarda Civil Metropolitana (GCM) recuperou nesta terça-feira, 14, equipamentos de levantamento topográfico, denominados Estação Total, que pertencem à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (Seinfra) e que haviam sido furtados em dezembro de 2016. Os aparelhos têm valor entre R\$ 15 mil e R\$ 38 mil e são utilizados em serviços de engenharia, projetos, desapropriações e obras de pavimentação executadas pela secretaria.

Os serviços de levantamento topográfico estavam praticamente paralisados e serão retomados graças ao trabalho da Guarda, que re-



cuperou três dos quatro equipamentos furtados. O secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Fernando Cozzetti, agradeceu aos guardas civis que trabalharam para a recu-

peração dos aparelhos. “Agradecemos, especialmente, pela dedicação e ética dos guardas, que se empenharam diuturnamente nesta missão, executando um trabalho de investigação, apuração e

elucidação dos fatos, que culminou com a prisão do portador dos equipamentos, que tentava revendê-los”, declarou o secretário durante a devolução dos aparelhos.

DANIELLY MARIANO

Plantão policial

Goiânia

Polícia Militar liberta criança de 1 ano ameaçada de morte pelo pai

Divulgação/Polícia Militar



Equipes das Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas (Rotam) e da 9ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM) foram acionadas na noite desta segunda-feira (13/03) para atender a uma demanda no setor Jardim América. No local, o auxiliar de cozinha Alex Santos Sousa, 21 anos, mantinha sua filha de 1 ano e 3 meses em refém, após se desentender com sua companheira, que deseja o fim do relacionamento.

“Durante as negociações, o acusado se exaltou, chegando a colocar sua filha deitada sobre o chão, encostando uma faca em seu peito, e dizia a todo momento que a mataria, caso sua ex-companheira não voltasse para ele, e que preferia ver a filha morta do que ficar longe dela”, explicou o tenente Eduardo Abílio Borges.

Após quase duas horas de negociação, ele foi convencido a entregar a filha, mas se exaltou novamente e desistiu do acordo, ameaçando novamente a criança com a faca, momento em que os policiais o imobilizaram e resgataram a menina.

Segundo a polícia, o desentendimento do casal teve início à tarde, quando Maria Valéria de Jesus Borges, 21 anos, anunciou que ia

se separar do marido. Logo após, deixou a filha com o pai e saiu em busca de emprego. Três horas depois retornou para casa e foi impedida de entrar em casa por Alex, que pegou uma faca e começou a ameaçar a criança.

De acordo com os policiais, momentos de tensão se estenderam até que equipes da Rotam assumiram a negociação, enquanto policiais do Batalhão de Operações Especiais (Bope) se posicionavam taticamente, caso fosse necessária alguma intervenção. Um policial se passou por um advogado e conseguiu acalmar Alex, que continuou com a criança no colo e com a faca nas mãos.

A mãe da criança contou à polícia que o marido já tinha cometido o mesmo crime em dezembro do ano passado, quando moravam no Tocantins, e que ninguém se machucou graças à intervenção policial. Na época, a Justiça o proibiu de se aproximar da família, mas o casal reatou o relacionamento e se mudou para Goiânia.

Alex foi conduzido até a Delegacia da Mulher (Deam), onde foi autuado em flagrante por ameaça e cárcere privado qualificado, combinado com a lei 11.340/03 (Lei Maria da Penha). SSPAP



ITUMBIARA

Mãe e criança que teve o dedo amputado em acidente dentro de escola serão indenizadas

Imagem ilustrativa



A decisão é da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Goiás que estipulou o valor das reparações morais, materiais e estéticas em R\$ 45,4 mil

DA REDAÇÃO COM TJGO - O Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus - Colégio Diocesano, da cidade de Itumbiara, terá de indenizar uma criança e sua mãe. A menina caiu de uma estrutura metálica instalada na escola e teve o dedo da mão esquerda amputado. A decisão é da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Goiás que estipulou o valor das reparações morais, materiais e estéticas em R\$ 45,4 mil. Foi relatora do caso a desembargadora Nelma Branco Ferreira Perillo.

Segundo consta dos autos, a criança estava brincando no interior da escola e subiu em uma estrutura metálica de 1,80m de altura e, ao cair, teve o quinto dedo da mão esquerda amputado. As testemunhas arroladas ao processo alegaram que a instituição não prestou socorro à vítima após o acidente.

O pai de outra criança, que é médico e estava na escola, no momento do acidente, foi quem atendeu a menina. Ela foi levada para o Hospital Santa Maria, em Itumbiara, para fazer tratamentos de urgência, sendo, depois, encaminhada ao Hospital das Clínicas em Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, para tentar fazer o implante do dedo, o que não teve sucesso.

A mãe da criança alega que, no momento do acidente, não tinha nenhum monitor, professor ou segurança da escola para olhar as crianças, uma vez que sua filha subiu no poste de ferro e ninguém a impediu. Por isso, ajuizou ação de indenização por danos morais e materiais para si mesma, uma vez que não teve apoio da escola para se hospedar em São Paulo e nem para custear os gastos que teve quando a criança

estava internada em outro estado. Já para a criança, foi requerido danos morais, materiais e estéticos.

O magistrado de primeiro grau, então, condenou a instituição de ensino a pagar R\$ 40 mil por danos morais, R\$ 20 mil por danos estéticos e R\$ 15,3 mil por danos materiais para a criança. Já para a mãe, o magistrado estipulou que ela deveria receber R\$ 25 mil pelos danos morais e R\$ 30 mil por danos materiais, totalizando as condenações em R\$ 132,3 mil.

Inconformado com a sentença, o Colégio Diocesano interpôs apelação cível alegando que não houve falha na prestação dos serviços, pois, quando ocorreu o acidente com a criança, ela já tinha sido entregue à mãe. Também requereu minoração dos valores estipulados pelo magistrado de primeiro grau.

A relatora, entretanto, ressaltou que conforme as provas apresentadas aos autos, no momento do acidente, a menor ainda estava sob a responsabilidade da escola e não com a mãe, como alega a instituição.

A magistrada salientou ainda que a escola deve responder de forma objetiva pelos fatos ocorridos no interior de seu estabelecimento, como prevê o artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor (CDC). E, para atender aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a magistrada entendeu que os valores estipulados pelo magistrado de primeira instância mereciam ser minorados para atingir: R\$ 10 mil, por danos morais, para a mãe, e R\$ 20 mil, para a criança; e R\$ 5,4 mil por danos materiais; já os valores a serem pagos por danos estéticos ficaram estipulados em R\$ 10 mil.

RIO VERDE

Decisão definitiva obriga município a retirar nome de pessoas vivas de edifícios públicos

Após transitar em julgado, sentença obriga definitivamente que o município de Rio Verde seja impedido de colocar nome de pessoas vivas em prédios públicos. Os integrantes da 3ª Turma Julgadora da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Goiás, à unanimidade, conheceram e não proveram apelação cível interposta pelo município, contra sentença que determinou a proibição da nomeação de prédios públicos com nome de pessoas vivas, até que haja nova legislação municipal sobre a questão. A decisão impôs ainda a renomeação dos prédios públicos, bem como a retirada de eventuais placas ou qualquer forma de identificação do nome anteriormente.

A sentença acolheu pedidos feitos em ação civil pública proposta

pela promotora de Justiça Renata Dantas Moraes e Macedo, em 2012. Conforme esclarece a promotora, naquele ano o MP já havia proposto uma ação contra a Câmara Municipal de Rio Verde requisitando a supressão da denominação "Palácio Marconi Ferreira Perillo Júnior" dado à Casa Legislativa.

Com a divulgação deste processo, chegaram à Promotoria de Justiça notícias apontando outros prédios públicos municipais que levavam o nome de pessoas vivas. Assim, antes da proposição da ação, foi feita uma recomendação para a retirada do nome Auditório Municipal "Kleber Reis Costa" e da Escola Municipal "Professora Selva Campos Monteiro". No entanto, o prefeito argumentou que se tratava

de interesse local, sobre o qual seria possível ao município legislar.

Dessa forma, não restou outra alternativa ao MP senão a proposição de uma outra ação civil pública, esta requisitando a supressão dos nomes dos edifícios públicos que levam o nome de pessoas vivas e a inconstitucionalidade incidental das Leis Municipais n.º 2.767/1992 e n.º 5.930/2011, com a consequente declaração de nulidade destas. Segundo argumentou a promotora, estes dispositivos legais revestem-se de vícios insanáveis, uma vez que são ostensivamente lesivos aos princípios da legalidade, moralidade e impessoalidade.

Com a sentença favorável, o município apelou, mas o Tribunal de Justiça reconheceu o incidente de inconstitu-

cionalidade e o proveu, declarando inconstitucional o disposto na Lei Orgânica Municipal, que permitia nominar prédios públicos com nome de pessoas vivas, julgando improcedente a apelação. Inconformado com a decisão, o município interpôs recurso extraordinário, cujo seguimento foi negado e a sentença transitou em julgado.

No acórdão do Tribunal de Justiça o desembargador Norival Santomé, relator do processo, afirmou que, "atribuir o nome de pessoas vivas a edifícios, a escolas, a bibliotecas, ruas, bairros e a outros locais públicos é uma medida de autopromoção, contraditória ao princípio da impessoalidade, destacando-se que a regra legal deve prevalecer em qualquer parte do território nacional". FONTE: MP-GO

ATÉ O FIM DO PROCESSO

Juíza dá prazo para que empresária acusada de golpes use tornozeleira

A empresária Patrícia Rodrigues de Moraes, acusada de aplicar golpes em consumidores que buscavam os serviços de uma agência de viagens, tem cinco dias para se apresentar à Justiça para que passe a usar tornozeleira eletrônica. A determinação é da juíza Patrícia Dias Bretas. Ela deveria usar o item desde o ano passado, mas recorreu da decisão e até agora está sem o equipamento. A defesa da empresa, no entanto, garante que ela ainda não foi intimada da decisão. As informações são do portal G1.

Na decisão, a magistrada destacou que a empresária fica obrigada "a permanecer com a tornozeleira até o fim do processo ou eventual revogação da proibição". No entanto, apesar de determinar o uso do equipamento, a juíza negou um pedido de prisão preventiva da acusada.

"Entendo que não merece prosperar, porque conforme explanado pelo representante ministerial, os documentos ora apresentados pela assistente de acusação não

noticiam fatos novos aptos a reverberar em uma segregação cautelar. Outrossim, as medidas cautelares diversas da prisão têm sido adequadas e suficientes para evitar a reiteração delituosa, razão bastante para obstar a decretação de medida cautelar mais gravosa", justificou a magistrada.

Patrícia responde em liberdade a seis processos judiciais, sendo dois por crime de estelionato e quatro ações de cobrança e execução. Além disso, também é investigada pela Polícia Federal, que apura como ela vendia moeda estrangeira sem autorização do Banco Central. Ela já teve dois pedidos de prisão negados pela Justiça.

A Polícia Civil estima que Patrícia causou um prejuízo de R\$ 1 milhão aos clientes. No entanto, a empresária informou a veículos de comunicação que possui dívidas apenas no valor de R\$ 300 mil com "5 ou 6 pessoas", contraídas depois que ela "quebrou" financeiramente, em março de 2015. Apesar disso, ela negou ter praticado qualquer tipo de golpe.

GOIÂNIA

Aprovada obrigatoriedade de selo higiênico em latinhas de alumínio

Após dois dias de discussão em plenário, foi aprovado no último dia 15 por maioria de votos (21x8) projeto de lei que obriga os fabricantes a aplicarem selo higiênico reciclado em latas de alumínio de cervejas, refrigerantes e sucos. De iniciativa do ex-vereador Paulo da Farmácia (PSDC) o selo deverá ser confeccionado em lâmina de alumínio flexível no local da embalagem em que há contato com a boca.

A matéria estipula multa que varia de R\$ 4 mil a R\$ 8 mil para os fabricantes e comerciantes que produzirem ou venderem as bebidas envasadas em latas de alumínio sem o selo. Em caso de aprovação pelo Executivo, deverá ser enviada para a Casa matéria regulamentando o assunto em 90 dias. Os fabricantes terão 180 dias para então promoverem as mudanças em sua linha de produção.

Os vereadores man-

tiveram intensos debates ontem (14) e hoje. Muitos afirmaram que a matéria era inconstitucional já que o poder público não pode impor tal exigência ao setor privado, devendo ser uma determinação federal, e não municipal. Outros explicaram que a medida vai onerar o preço final das bebidas para o consumidor final. Estes foram os mesmos argumentos utilizados no ano passado pelo Executivo para vetar matéria similar.

A maioria, porém, acompanhou a defesa de vereadores que, apesar de entenderem a inconstitucionalidade, acreditam que a Câmara Municipal de Goiânia possa fazer história, a exemplo da institucionalização do uso do cinto de segurança, o qual teve Goiânia como a primeira capital a legalizar em junho de 1997, tornando-se exemplo para todo o país. Três meses depois o Código de Trânsito Brasileiro determinou o uso do equipamento em todo o país. ROTA JURÍDICA

MEIO AMBIENTE

Ações educativas estimulam mudança de comportamento durante seca no DF

Medidas fazem parte do Plano Integrado de Enfrentamento à Crise Hídrica. Também integram o documento obras como a do Subsistema

MARYNA LACERDA/AG. BRASÍLIA - Como forma de estimular o uso racional de água, o governo de Brasília prepara ações voltadas a professores, estudantes da rede pública e produtores rurais. São medidas do Plano Integrado de Enfrentamento à Crise Hídrica, apresentado na sexta-feira (10).

Uma das ideias é incluir nos currículos escolares, de forma mais ostensiva, a discussão sobre a necessidade de conservar os recursos hídricos. Assim, os estudantes farão maquetes e experimentos científicos e terão acesso a material pedagógico.

Além disso, docentes e alunos poderão visitar as estações de Tratamento de Água e de Esgoto da Companhia de Saneamento Ambiental do DF (Caesb).

Outra frente de trabalho é a capacitação de representantes de escolas públicas e privadas de Brazlândia como multiplicadores sociais. A proposta é que eles façam um curso de 24 horas-aula para entender melhor as características da Bacia do Descoberto. Dessa forma, eles repassarão o conhecimento à comunidade local.

A educação ambiental inclui a capacitação de 350 professores para, assim, alcançar 5 mil estudantes de forma direta e 14 mil de forma indireta. O material servirá como incentivo para a produção científica.

A formação de produtores rurais da região também integra o planejamento. Eles assistirão a um curso de 16 horas de duração e poderão orientar outros agricultores.

O QUE É O PLANO INTEGRADO DE ENFRENTAMENTO À CRISE HÍDRICA

Resultado do esforço de 19 órgãos, o Plano Integrado de Enfrentamento à Crise Hídrica estabelece 44 iniciativas, divididas em quatro eixos de atuação: Fiscalização, Infraestrutura, Educação e Regulação.

Elas complementam o que já foi adotado pelo

Dênio Simões/Ag. Brasília



O Subsistema do Bananal, que deve ser entregue no segundo semestre deste ano, faz parte do conjunto de obras de infraestrutura para enfrentar a crise hídrica no DF

Executivo, como o racionamento de água, a redução da retirada de água para irrigantes da Bacia do Descoberto, a recuperação de canais e o investimento em novas fontes de captação do recurso. O prazo de implementação é de 180 dias. O documento também prevê a intensificação de campanhas educativas, em veículos de comunicação, sobre o uso racional da água, no intuito de mobilizar os cidadãos.

INFRAESTRUTURA NA ÁREA RURAL PARA MINIMIZAR EFEITOS DA CRISE HÍDRICA

Para reduzir a perda de água na produção agrícola, o governo de Brasília vai intensificar ações na região da Bacia do Descoberto. As medidas foram anunciadas em 23 de janeiro deste ano pela Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, mas aguardavam o período de estiagem para serem implementadas.

Uma delas é a recuperação de estradas rurais que dão acesso às propriedades. O objetivo é reverter a erosão nas proximidades do reservatório e, assim, reduzir a deposição de sedimentos nos cursos d'água que chegam ao Descoberto.

As intervenções serão feitas em parceria com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) e incluem construção de quebra-molas nas vicinais e de bacias de retenção no interior das propriedades. Com isso, evita-se o transporte pela água de sedimentos de partes de

solo, pedras e outros materiais para nascentes e córregos da área.

Para o período da seca também está previsto o terraceamento, ou seja, a disposição do solo em rampas niveladas, para evitar a formação de sulcos e erosões nas lavouras. Outra medida a ser colocada em prática é o revestimento dos reservatórios para irrigação por lonas. Essa é uma forma de reduzir a perda de água por infiltração.

A garantia da segurança hídrica da população do DF exigiu também a redução da captação dos afluentes do Descoberto. Por isso, desde quinta-feira (9), os irrigantes diminuiram em 50% o volume de retirada de água dos cursos d'água que abastecem o reservatório.

Além disso, a captação só poderá ser feita das 6 às 9 horas, todos os dias. A retirada para consumo humano e animal permanece autorizada. A medida vale enquanto os volumes das barragens não retornam aos níveis seguros de abastecimento.

RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO E INVESTIMENTO EM OBRAS PARA CAPTAR ÁGUA

Uma forma de aumentar a quantidade de água da bacia é recuperar as áreas de preservação permanente (APP) nas imediações do Descoberto. Para isso, o Programa Reflorestar vai distribuir mudas de espécies nativas do Cerrado em 67 hectares de nascente e 233 hectares de APP tipo curso d'água.

Além disso, o Sub-

sistema Bananal deve entrar em operação no segundo semestre deste ano. As fundações da elevatória de água já foram concluídas, e a sala de bombas e operação começaram a ser erguidas. Além disso, os blocos e as cintas da subestação foram concretadas.

A estrutura do Bananal terá vazão média de 726 litros por segundo — de 500 litros por segundo em setembro a 750 litros por segundo em novembro de 2017 a maio de 2018. Atenderá 170 mil habitantes de 11 regiões administrativas. Toda a obra está orçada em R\$ 20 milhões, por meio de recursos do Banco do Brasil.

REGULAÇÃO É FUNDAMENTAL PARA GARANTIR O FORNECIMENTO DE ÁGUA NA SECA

A crise hídrica trouxe a necessidade de restringir a quantidade de água retirada dos sistemas de abastecimento. Com a estiagem, essa limitação torna-se ainda mais necessária, pois a prioridade é o consumo humano e animal.

As limitações foram definidas à medida que os níveis dos reservatórios baixavam e continuarão a vigorar enquanto forem imprescindíveis à segurança hídrica. Assim, a limitação do uso de água por órgãos públicos, a redução da vazão de retirada dos reservatórios do Descoberto e de Santa Maria — a 3,5 mil litros por segundo e 500 litros por segundo, respectivamente — e o racionamento nas RAs atendidas pelas duas barragens permanecem em vigor na seca.

BRASÍLIA

Virada do Cerrado terá foco nos recursos hídricos em 2017

Para incentivar a participação popular nas ações de preservação ambiental em Brasília, as diretrizes para edição de 2017 da Virada do Cerrado serão definidas de forma conjunta entre o governo e a comunidade.

Membros do comitê criativo, lideranças de entidades de cunho ambiental, governo e sociedade se unem para traçar as estratégias do programa. Neste ano o tema será Água — em 2016, foi Mudanças Climáticas e, em 2015, Cidadania.

Com a grave escassez de água que castiga o Distrito Federal, a expectativa é abordar os desafios inerentes ao momento e conscientizar a população sobre a relevância dos recursos hídricos.

“Vamos debater as estratégias, locais de atuação, apresentar uma proposta de calendário do ano e definir as formações sobre o tema que devem ser replicadas nas regiões administrativas”, adianta Gabriela Barbosa, subsecretária de Educação e Mobilização Socioambiental, da Secretaria do Meio Ambiente, do grupo gestor do programa.

A previsão é que em 2017 o evento ocorra de 1º a 3 de setembro. Em

2016, 45 mil pessoas participaram das atividades. Em 2015, a iniciativa havia mobilizado 20 mil.

A Virada do Cerrado é um movimento contínuo, que chega ao ápice em setembro, mês em que o Dia do Cerrado é celebrado, mas as ações ocorrem durante todo o ano. “Sem educação ambiental, não há conscientização sobre a importância dos recursos”, aposta a gestora.

O calendário de sugestões da equipe gestora envolve os seguintes temas:

- Ciclo da água
- Água e território
- Água e território
- Tecnologias sociais com a água

Além disso, serão apresentadas as metas para o ano e um apanhado do histórico das últimas edições.

As atividades serão abertas com a palestra da consultora na área de recursos naturais e sustentabilidade Marussia Whately, integrante do grupo Aliança pela Água, de São Paulo. “Queremos aprender com a experiência da capital paulista na gestão dos recursos hídricos.”

GABRIELA MOLL

MOBILIDADE

Conselho de Transporte é reativado sem ônus para a administração pública

O governo de Brasília reativou o Conselho de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal. O colegiado composto por 18 membros da sociedade civil, do Executivo e do empresariado é responsável por avaliar e opinar sobre políticas públicas focadas na melhoria da mobilidade urbana na capital do País.

A medida está oficializada pelo Decreto nº 38.058, de 2017, publicado nesta quarta-feira (15) no Diário Oficial do Distrito Federal.

Além de ser uma ferramenta de participação de todos os setores da sociedade nos debates sobre transporte, o conselho será recriado

sem ônus para a administração pública.

Sem conceder gratificações aos futuros conselheiros, a previsão é que o governo de Brasília economize quase R\$ 450 mil por ano. “Diante de um cenário de crise econômica, é uma economia razoável”, pontua o secretário.

O Conselho de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal foi criado por meio do Decreto nº 9.269, de 1986. São atribuições do colegiado opinar sobre a aprovação de planos de expansão o sistema no DF e zelar pelas normas que disciplinam o modelo de transporte na capital do País, por exemplo.

SAULO ARAÚJO

SEM PROVAS

Justiça libera suspeitos de fraude em concurso para delegado durante audiência de custódia

Três dos suspeitos tinham confessado o crime. No entanto, na audiência, nenhum deles confirmou relação com a fraude

ROTA JURÍDICA - Durante audiência de custódia realizada na tarde desta terça-feira, os cinco suspeitos de envolvimento nas fraudes do concurso para delegado substituto da Polícia Civil de Goiás foram postos em liberdade pelo juiz Oscar Sá de Oliveira Neto. O magistrado entendeu que os autos de prisão em flagrante não apresentaram elementos suficientes para justificar a manutenção da custódia e tão pouco para fundamentar os crimes pelos quais estão sendo investigados.

O juiz decidiu pela soltura do médico Antônio Carlos da Silva Francisco, apontado como



aliciador do esquema, além do bacharel em Direito Armando Colodeto Júnior, o contador Fábio Alves de Oliveira, o ex-vereador de Palmeiras de Goiás, Magno Marra Mendes e Suzane Fonseca dos Santos, que supostamente teriam adquirido as vagas.

A Polícia Civil havia afirmado que três dos suspeitos tinham con-

fessado o crime. No entanto, na audiência, nenhum deles confirmou relação com a fraude. Além disso, segundo o magistrado, não ficou comprovado que os suspeitos participavam de uma organização criminosa especializada em fraudes em concursos públicos. Por conta disso, ele explicou na decisão que isso pesou para

colocá-los em liberdade.

Os investigados estavam presos desde domingo (12), quando a Polícia Civil deflagrou operação para apurar denúncias de fraudes. Na ocasião, estavam sendo realizadas as provas discursivas do certame, que foi suspenso na segunda-feira (13). O concurso oferece 36 vagas para bacharéis em Direito. O salário para o cargo é de R\$ 15.250,02 para uma jornada de 40 horas semanais.

O concurso para delegado já era investigado pela polícia Civil quando o MP também passou a pautar supostas irregularidades nas notas do candidato que realizaram a primeira fase do certame. O concurso foi iniciado no segundo semestre de 2016 pela Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (Segplan).

ACESSIBILIDADE

Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência leva reivindicações ao prefeito de Aparecida

Presidente da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPCD), Hebert Batista Alves, se reuniu nesta terça-feira (14) com o prefeito de Aparecida de Goiânia, Gustavo Mendanha, para apresentar uma série de reivindicações relacionadas à acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no âmbito da administração municipal.

O encontro dá sequência a várias reuniões realizadas pela CDPCD só neste ano, com o intuito de cobrar maior empenho por parte de administradores, gestores e diretores, tanto nas esferas municipais como estaduais, para assegurar às pessoas com deficiência pleno acesso a serviços públicos, bens culturais e artísticos e aos produtos decorrentes de todo o avanço social, político, econômico e tecnológico.

Além de Hebert, participaram da reunião o vice-prefeito e Secretário de Governo de Aparecida de Goiânia, Verter Martins; o diretor de promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Aparecida de Goiânia, José Fernando da

Valdir Antunes



Silva; e a advogada Mariana Camargo, membro da CDPCD. Entre os vários assuntos trazidos ao debate, questões como transporte público, atendimento especializado na rede de ensino e até mesmo a instalação de uma Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência conduziram a conversa com maior ênfase.

Na avaliação do prefeito Gustavo Mendanha, Aparecida de Goiânia tem avançando muito nesta seara e destacou que o suporte oferecido

pela OAB será muito salutar para se galgar mais progressos. "Com esse diálogo e com essa conversa aberta, nós poderemos implementar novas ações para que de fato possamos prover acessibilidade, prover uma atenção especial àqueles que de fato merecem. Saio daqui entusiasmado", avalia.

Para Hebert Alves, a reunião foi positiva. "Gustavo é um prefeito jovem e as novas gerações estão muito mais preocupadas com a

questão da acessibilidade. Essa abertura já é um bom caminho para que possamos atingir nossos objetivos", afirma.

CDPCD também realizou um pedido para que o Executivo apresente um Projeto de Lei, para reservar vagas para pessoas com deficiência nos cargos comissionados. "O prefeito afirmou que irá recomendar aos secretários a reserva de vagas. Ele fez o compromisso de encaminhar esta orientação", diz.

OAB-GO

PL 5.346/16

Câmara aprova projeto de lei que dá prioridade a mulheres em exames periciais

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei (PL) 5.346/16, que altera a Lei Maria da Penha e dá prioridade à mulher vítima de violência doméstica e familiar na realização de exames periciais. A matéria será enviada ao Senado.

Os deputados aprovaram o texto de Laudívio Carvalho (SD-MG). Para o parlamentar, a prioridade no atendimento vai auxiliar na obtenção de prova pericial que comprova a agressão sofrida pelas vítimas. "Apesar de a Lei Maria da Penha ter sido promulgada em 2006, ainda hoje muitas mulheres continuam a ser vítimas de violência de seus maridos, companheiros, namorados ou mesmo de seus próprios pais", disse. "A demora na realização da perícia pode até mesmo inviabilizar a condenação de um culpado".

Antes foram aprovados três pedidos para a tramitação de urgência de projetos. Dois foram para projetos que tratam de socorro a estados em crise: a do Projeto de Lei Complementar (PLP) 54/15, do Senado, que convalida os atos de concessão de incentivos fiscais feitos pelos estados sem a concordância absoluta

do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). O projeto é encarado como um dos mecanismos para viabilizar o fim da chamada guerra fiscal.

Também foi aprovada a urgência do Projeto de Lei Complementar (PLP) 343/17, que prevê um regime de recuperação fiscal para aqueles estados em situação fiscal grave. Pelo projeto, será permitida uma moratória de três anos no pagamento de dívida, mas os estados precisam, em troca, realizar um ajuste fiscal como contrapartida, envolvendo aumento da contribuição previdenciária de servidores, proibição de reajustes e concursos, privatização de empresas estatais e redução de incentivos fiscais.

Outra urgência aprovada foi a do Projeto de Lei 1.530/15, que estabelece medidas de combate ao contrabando, como perda da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) de condutores de veículos que fazem o transporte de produtos contrabandeados.

Com a aprovação das urgências, esses projetos poderão ser incluídos na pauta de votação da ordem do dia a qualquer momento. ABR

ARAGOIÂNIA

Servidor que acumulou cargos e chefe que atestou frequência são acionados

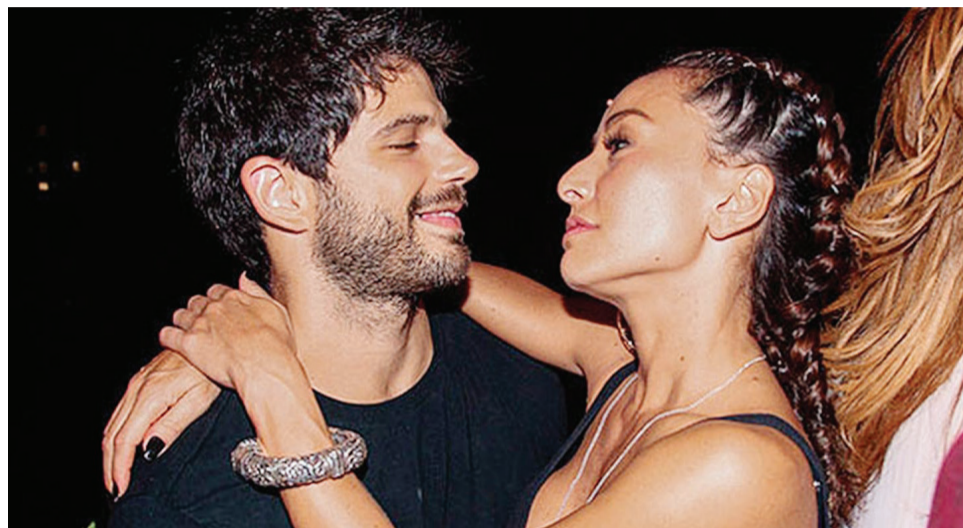
O promotor de Justiça Fernando Krebs está acionando os servidores públicos Cleib Borges da Silva e Andalécia Costa Arantes Ferreira pela prática de improbidade administrativa. Cleib, por ter acumulado indevidamente cargo comissionado na Secretaria da Cidadania e Trabalho,

Conforme a ação, de janeiro de 2013 a setembro de 2014, Cleib acumulou os cargos em comissão de secretário municipal em Aragoiânia e de assessor da Secretaria Estadual de Cidadania e Trabalho, período em que trabalhou somente como secretário, embo-

ra sua chefe atestasse sua frequência como servidor estadual. Em Aragoiânia, ele ocupou como titular a Secretaria de Esportes e Lazer, a chefia de Gabinete do prefeito, a Secretaria de Obras e Serviços e ainda as de Saúde e Saneamento e de Agricultura.

Após a acumulação inconstitucional de cargos ter sido descoberta pela Controladoria-Geral do Estado, Cleib pediu exoneração do cargo comissionado no Estado em setembro de 2014. Assim, o promotor requereu a condenação dos dois acionados pela prática de improbidade administrativa pelo dano ao patrimônio público, estimado em cerca de R\$ 40 mil. Krebs pediu como garantia ao ressarcimento desses prejuízos o bloqueio de bens dos réus até R\$ 149.649,68, que corresponde ao valor do dano mais a multa aplicável ao caso. MP-GO

Sabrina Sato revela dificuldade em engravidar: “Muita pressão”



Sucesso na televisão, a apresentadora Sabrina Sato tem uma agenda apertada e alguns projetos pessoais vão sendo deixados de lado. Em entrevista a contratada da Record revelou que tem o sonho de engravidar.

“Não tive nem tempo ainda de ir ao ginecologista tirar meu chip (anticoncepcional intrauterino, conhecido como SIU)”, contou sobre os compromissos profissionais, mas afirmou ter tempo para fazer amor com o namorado, o ator Duda Nagle: “Para isso a gente sempre encontra tempo, né? Tempo de sobra”, disse aos risos.

Questionada, Sabrina disse que não deixaria o Carnaval de lado caso ficasse grávida. “Claro que se eu for pensar racionalmente, o ideal seria não desfilar, mas meu coração quer continuar. Sem o Carnaval sou como um peixe fora d’água. Respiro Carnaval o tempo inteiro”.

Sobre o plano de engravidar, Sabrina disparou: “Todo mundo me pergunta, é muita pressão!”. Mas revelou que tem uma certeza: “Antes, quero me casar com o Duda. Só não sei se vai ser na igreja, de véu e grinalda. Não vou falar muito porque depois não acontece”.

Ben Affleck desabafa sobre alcoolismo: “Em busca da recuperação”



Ben Affleck afirmou que completou um tratamento para lidar com o alcoolismo. O desabafo foi feito pelo ator em sua página oficial do Facebook. Essa é a primeira vez que o cineasta fala sobre seus vícios, apesar de ter passado por uma clínica de recuperação em 2001.

“Eu completei um tratamento para o vício em álcool, problema que já enfrentei no passado e continuarei confrontando”, disse Affleck. “Eu quero viver minha vida em sua plenitude e ser o melhor pai que posso ser. Quero que meus

filhos saibam que não há vergonha em pedir ajuda, e que eu seja uma fonte de força para quem precisa mudar, mas está com medo de dar o primeiro passo.”

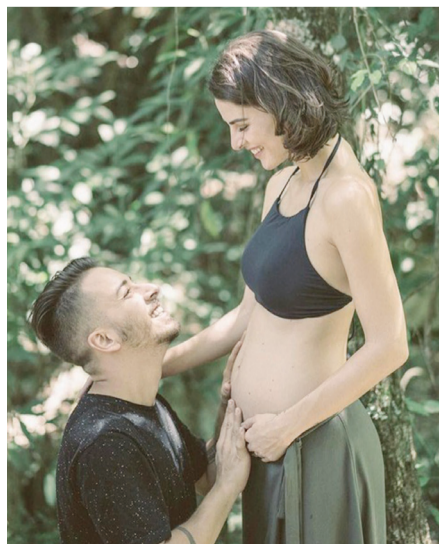
O ator ainda agradeceu o apoio de familiares, amigos e da ex-esposa, Jennifer Garner. “Ela tem me apoiado e cuidado de nossos filhos enquanto eu lidava com outras tarefas. Este foi o primeiro de muitos passos que serão dados em busca da recuperação.” Os dois são pais de Violet, 11 anos, Seraphina Rose Elizabeth, 8, e Samuel Garner Affleck, 5.

Junior Lima vai ser papai! Monica Benini está grávida de um menino: “Otto”

Junior Lima vai ser papai! O irmão de Sandy revelou a novidade nesta quarta-feira (15) na sua conta de Instagram. Monica Benini está grávida de um menino e o nome já foi escolhido: Otto. O cantor e a modelo estão casados desde outubro de 2014. “Mandem a melhor energia possível, que o Otto já está a caminho!”, vibrou o irmão de Sandy. O casal chegou a adiar os planos de ter um filho no ano passado durante o surto de zika vírus.

O filho de Xororó acrescentou: “Que alegria contar isso para vo-

cês! Que fase mais especial da vida! Nossa família está crescendo e o amor já é gigante!!!”. Na imagem, a também designer de joias aparece com o marido aos seus pés e exibindo a barriguinha de grávida. “Dois corações pulsam em mim... E eu vejo meu amor multiplicando numa velocidade surreal. Já não somos dois, somos três... Construindo uma família e dando mais sentido ainda às nossas vidas. Vem com muita saúde, Otto, porque nós estamos cheios de amor para te dar!”, escreveu Monica.



CRÉDITO PARA CARROS E IMÓVEIS

Capital de Giro? Nós temos a solução! Créditos c/ garantia imobiliária. Valores a partir de R\$ 100.000,00 até 5 Milhões. Para capital de giro, compra de imóveis. Temos planos c/ parcelas fixas com taxas a partir de 1,56 ao ano.

CRÉDITO	PARCELA
R\$ 15.000,00	R\$ 230,63
R\$ 50.000,00	R\$ 356,78
R\$ 95.000,00	R\$ 670,28
R\$ 120.000,00	R\$ 846,67
R\$ 200.000,00	R\$ 1.260,00
R\$ 500.000,00	R\$ 2.437,70
R\$ 700.000,00	R\$ 3.412,77

Compra, construção, reforma e quitação de imóveis, trabalhamos com consórcio.

3212-2814
99107-3190

RUA 20 Nº 1115 CENTRO - GOIÂNIA



Locação e Vendas
Impressoras e Copiadoras

O MELHOR CUSTO BENEFÍCIO A PARTIR DE R\$ 0,04

62 3920-1235
62 9256-4933



In Foco

■ **Leonardo Arruda**

@leonardoarrud
leoarru@gmail.com

Chef das Estrelas

O chef André Evaristo, atendeu no último dia 06/03 segunda-feira no camarim da cantora Marília Mendonça em um bombástico evento na boate Santa Fé, onde aconteceu a gravação da Dvd do cantor mirim Hugo Henrique. O jovem André vem sendo um grande destaque na gastronomia goiana.

Divulgação



Divulgação



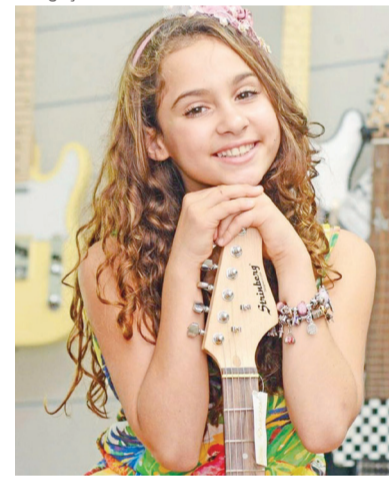
Churrasco

A pré-festa da APORCA acontece nesta quinta-feira (16/03), no Rock (espaço cultural, multiuso e plural), no Setor Marista. Os chefs da festa vão se reunir para assar carnes na brasa numa prévia da festa que acontece neste sábado, 18, na Ruína Imperial. Quem comanda as pick ups são os djs Fabricio Nobre e Andre Barros, também chef convidado do APORCA. Os ingressos para a festa estão a venda no site www.aporca.com.br.

Bia Torres faz show intimista em shopping

A ex The Voice Kids se apresentará durante coquetel de inauguração da grife infantil Milon, no Shopping Flamboyant. Bia Torres, fará um show intimista nesta quinta-feira, 16, durante coquetel de inauguração da loja infantil Milon, a partir das 18h, no Shopping Flamboyant. O samba e o MPB fazem parte do repertório da cantora mirim. A loja conta com uma nova decoração inspirada na região de Bourdeaux, na França. As anfitriãs e proprietárias da loja, Gabriela Leonhardt Barros e Julia Usevicius Leonhardt Santos, receberão os convidados com o buffet Eventos.com, além de apresentar a nova coleção da Milon, repleta de peças exclusivas e diferenciadas.

Divulgação



Divulgação



Moda

O casal de empresários Silvia Umbelino e Reginaldo Abdala recebe convidados para o lançamento da coleção "Fly Away", nesta quinta-feira (16/03), na loja Manga Rosa Pink, no Setor Sul. O Stillus Eventos e Buffet é quem assina o menu e a decoração fica por conta da M2 Eventos. O DJ Tom Faria vai comandar as pickups com um setlist exclusivo.

Destaque

Paula Cornelio Teixeira é Empresária vem investindo muito na área da beleza e estética na capital, dona de um carisma incrível, Paula vem se destacando por fazer a diferença no quesito simpatia! Paula é uma das indicadas ao prêmio Mulheres empreendedoras 2017 que acontece no dia 29 de março, no espaço Oliveiras Place promovido pela Revista Viver Goiás

Correa e Dias Fotografia



EDUCAÇÃO

Prefeitura abre XXV Jogos Educacionais

Cerca de dois mil alunos participam da solenidade que terá juramento, acendimento da pira olímpica, condução da tocha e diversas atrações

DANIELA REZENDE - A Prefeitura de Goiânia, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Esporte (SME), realiza na próxima sexta-feira, 17, a partir das 9h, a abertura oficial da XXV edição dos Jogos Educacionais da rede. Cerca de dois mil alunos de 39 instituições participam da solenidade, no ginásio esportivo do Sesc Façalville.

Condução da tocha, entrada das delegações das unidades, acendimento da tradicional pira olímpica, juramento dos Jogos, apresentações da Guarda Civil Metropolitana (GCM), números circenses dos alunos do Circo Laheto e apresentação de dança dos educandos da Escola Municipal Grande Retiro estão entre a programação do evento. Também participam da

abertura profissionais da Educação e autoridades.

Depois do evento de abertura, a SME dará início ao cronograma das modalidades. No primeiro semestre, serão disputados campeonatos de atletismo, festival de atletismo mirim, tênis de mesa, trilhas educacionais e xadrez. Já no segundo semestre, a participação dos alunos será em queimada, maratoninha, futsal, futebol society, basquete, voleibol e handebol.

JOGOS

Os Jogos Educacionais têm como objetivo a socialização por meio da prática esportiva e recreação dos alunos da Educação Infantil, Educação Fundamental e Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos (Eaja). Seguindo a proposta pedagógica da

rede municipal, os jogos têm também a intenção de culminar as atividades específicas da Educação Física com as demais áreas do conhecimento e interagir as instituições educacionais por meio das atividades propostas.

De acordo com Agnaldo Lourenço, gerente de Iniciação Esportiva, Esporte Educacional e Rendimento da SME, há uma preocupação grande com os alunos protagonistas do evento. A expectativa é atender com os jogos aproximadamente 25 mil educandos. A cada ano, a expectativa é que possamos realizar cada vez melhor essas ações. O esporte é a melhor ferramenta na formação do cidadão e complementa fortemente a educação das crianças, adolescentes e até mesmo adultos', destaca.

Abertura dos XXV Jogos Educacionais de Goiânia

- Data: Sexta-feira, 15/03
- Horário: 9h
- Local: Sesc Façalville (Av. Ipanema,
- 1600 - St. Façalville)
- Contato: Assessoria de Comunicação: 3524-5054

DIREITOS HUMANOS

Secretaria de Direitos Humanos discute trote consciente e Calouradas

Jackson Rodrigues

A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Políticas Afirmativas (SMDHPA), por meio da Superintendência Municipal da Juventude e o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, promoveram audiência pública nesta terça-feira, 14, com a participação de diretores de Centros Acadêmicos, Diretórios Centrais de Estudantes e representantes de Atléticas da Universidade Federal de Goiás (UFG).

O encontro debateu a construção de uma política pública para conscientizar sobre trotes humilhantes e violentos, além da ilegalidade de menores consumindo bebida alcoólica em festas de calouradas. Participaram do evento o secretário Filemon Pereira e os superintendentes LGBT e Juventude, Vitor Hipolito e Luan Deodato, respectivamente.

'A questão do trote é muito séria, todos nós temos uma experiência direta ou indireta. As



consequências psicológicas negativas que tal prática reflete são muito fortes', destacou Filemon. Foram repassadas também orientações quanto à proibição da venda de bebida alcoólica para menores em calouradas e os trâmites para a emissão de certidões de alvarás para garantir a segurança dos estudantes nos eventos.

O presidente da Atlética do curso de Relações Públicas da UFG, Jeferson Frago, demonstrou preocupação com a quantidade de alunos que usam docu-

mentos falsos em calouradas. 'É a primeira vez que vejo a prefeitura empenhada em nos ajudar. Acho importante exigir que os alunos levem a declaração da faculdade para evitar que menores entrem em festas com bebida liberada', afirmou.

Também marcaram presença na audiência pública o presidente do Conselho Tutelar de Goiânia, Dácio Anacleto, e o diretor de Comunicação da União Estudantil dos Estudantes (UEE), Guilherme Alves.

ANTÔNIO BENTO

PREVIDÊNCIA SOCIAL

OAB defende regra de transição por tempo de contribuição do trabalhador

Imagem ilustrativa

Homens a partir dos 50 anos de idade e mulheres com mais de 45 anos deverão cumprir um período adicional de contribuição

ANDREIA VERDÉLIO/ABR - A presidente da Comissão de Seguridade Social da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no Distrito Federal, Thaís Riedel, informou ontem (15) que a entidade apresentou um substitutivo à proposta de reforma da Previdência Social com uma regra de transição que leva em conta o tempo de contribuição do trabalhador. A proposta encaminhada pelo governo cria uma regra para quem está perto de se aposentar e só vale para o tempo de aposentadoria, não para o cálculo do benefício.

Homens a partir dos 50 anos de idade e mulheres com mais de 45 anos deverão cumprir um período adicional de contribuição, uma espécie de “pedágio”, equivalente a 50% do tempo que faltaria para atingir o período de contribuição exigido, mínimo de 25 anos. Por exemplo, um trabalhador para o qual faltava um ano para a aposentadoria terá que trabalhar um ano e meio (12 meses + 50% = 18 meses).

Para Thaís, a regra de transição por tempo de contribuição é mais justa. Ela cita o exemplo de duas mulheres com



29 anos de contribuição, hoje o mínimo é 30 anos. Faltando um ano para se aposentar, uma delas com 45 anos vai pagar o pedágio e trabalhar mais um ano e meio; outra, com 44 anos, vai ter que contribuir mais 21 anos e trabalhar até os 65 anos. “É importante uma regra que respeita o tempo de contribuição e não cria uma idade aleatória”, disse.

Segundo o deputado Beto Mansur (PRB-SP), a regra é um dos pontos polêmicos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287, que altera o sistema previdenciário. “Esse período de transição para quem está perto de se aposentar é muito importante. Precisamos discutir com profundi-

dade. Nada impede que a gente modifique”, disse Mansur, explicando que terminou no dia (14), o prazo para envio de emendas à comissão que analisa a PEC. “Há uma série de emendas que modificam o processo de transição.”

O deputado ressaltou, que a idade mínima de 65 anos para aposentadoria de homens e mulheres é uma premissa que não será mudada.

Thaís e Mansur participaram hoje do debate promovido pelo programa Revista Brasil, da Rádio Nacional sobre a reforma da Previdência Social. Além deles, o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Luís Henrique Paiva e o de-

putado Darcísio Perondi (PMDB-RS), contribuíram para o debate.

Para Paiva, a reforma é necessária já que o país está em um período de transição demográfica. “O Brasil está passando por um processo de crescimento populacional. Nosso processo de envelhecimento é três vezes mais rápido do que o de países ricos. A Previdência Social é a que mais sofre porque isso aumenta o número de pessoas beneficiárias e reduz o dos que contribuem. Precisamos fazer ajustes”, disse o pesquisador. Paiva lembrou que a expectativa de vida no Brasil alcançou os 75 anos e que a de sobrevida ultrapassa os 15 anos.

DIREITOS HUMANOS

TST derruba liminar que suspendia publicação da “lista suja” do trabalho escravo

O ministro Alberto Bressiani, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), derrubou hoje (14) a liminar concedida, na última terça-feira (7), pelo presidente da corte, ministro Ives Gandra Martins Filho, que suspendeu, por pelo menos 120 dias, a decisão que obrigava a União a publicar o cadastro de empresas autuadas pelo governo por submeter seus empregados a condições análogas à escravidão, a chamada “lista suja do trabalho escravo”.

Com a nova liminar, concedida agora, em favor de mandado de segurança protocolado ontem (13) pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), fica restabelecida a decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, que havia determinado a imediata publicação da lista suja. No entanto, como a decisão do TRT ordenava a publicação do cadastro até a última terça-feira, ainda não há uma definição se será concedido novo prazo para que o Ministério do Trabalho dê publicidade à lista.

Em sua decisão, Bressiani acatou os argumentos apresentados pelo MPT de que a liminar do presidente do TST viola o princípio do devido processo legal e do juiz natural, pois suprimiu a instância recursal do TRT e também fere o regimento interno da corte.

“Conforme exposto, a União manejou pedido de suspensão de liminar e de antecipação de tutela, perante o TST, na mesma data em que desembargador presidente do TRT da 10ª Região, indeferiu o pedido de suspensão dos efeitos da tutela provisória concedida na ação civil pública, situação que revela a ausência de esgotamento das vias recursais”, argumentou Bressiani em sua decisão.

“Por sua vez, o Artigo 251 do atual Regimento Interno do TST, quando alude à possibilidade de o presidente do tribunal suspender a execução de liminar ou de antecipação de tutela concedida nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, há de ser interpretado em consonância com a lei, à qual, inclusive, faz referência. No quadro posto, não subsistindo oportuna-

de para a instauração do pedido de suspensão de liminar e de antecipação de tutela no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, a quebra do devido processo legal contamina a decisão proferida pelo ministro-presidente do Tribunal Superior do Trabalho”, acrescentou Bressiani.

IMPASSE

A lista suja do trabalho escravo tem sido tema de uma série de decisões judiciais conflitantes nos últimos anos. Na semana passada, o presidente do TST, ministro Ives Gandra Martins Filho, acolheu argumentos da Advocacia-Geral da União (AGU) e derrubou uma decisão liminar (provisória) que determinava a publicação imediata do cadastro.

Em 30 de janeiro, o juiz Rubens Curado Silveira, titular da 11ª Vara do Trabalho, concedeu ao MPT uma liminar para obrigar o governo a publicar a lista suja no prazo de 30 dias, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil em caso de descumprimento. A AGU recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT10), que manteve a determinação.

A lista suja é formada por empregadores que tenham sido autuados por fiscais do trabalho ao serem flagrados submetendo os empregados a condições análogas à escravidão. No Brasil, ao menos 52 mil pessoas foram libertadas do trabalho escravo nos últimos 20 anos, segundo dados mais recentes divulgados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A norma mais atual que regulamenta a lista prevê que as empresas evitem a inclusão no cadastro ao assinar termos de ajustamento de conduta.

A lista não é publicada desde 2014, quando o então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, concedeu uma liminar a pedido da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias para suspender a divulgação. Em maio do ano passado, no entanto, a ministra Cármen Lúcia revogou a medida cautelar, retirando o impedimento à publicação do cadastro.

IVAN RICHARD ESPOSITO

ONU

Brasil diz em Genebra que desarmamento nuclear é prioridade para tratado global

O governo brasileiro afirmou nesta quarta-feira (15) que o desarmamento nuclear continua sendo a mais alta prioridade entre as questões centrais da Conferência sobre Desarmamento da ONU, que está sendo realizada em Genebra, na Suíça. Segundo a embaixadora Maria Nazareth Farani Azevêdo, representante do Brasil no evento, um tratado de proibição juridicamente vinculativo

vai servir como ponto de partida para a eliminação real das armas nucleares. As informações são da ONU News.

A embaixadora brasileira disse que o desarmamento é essencial para o fortalecimento da paz e da segurança internacionais, para a prevenção de uma guerra atômica e ainda para o desenvolvimento social e econômico. Participaram também da reunião em Genebra represen-

tantes, da China, de Israel, da Nova Zelândia, do Paquistão, da Rússia e da Síria.

Maria Nazareth declarou que o Brasil está muito preocupado com o impasse que tem evitado a adoção e a implementação do programa de trabalho do desarmamento desde 1996. Ela disse que as armas nucleares representam o único “fator antropogênico” que pode destruir instantaneamente a humanidade

e mudar de forma irreversível o planeta.

A embaixadora explicou que nos últimos anos o Brasil tem participado ativamente de iniciativas humanitárias que levaram à convocação da Conferência da ONU para negociar o tratado de proibição de armas nucleares. E frisou que o Brasil encorajou a decisão da conferência de criar um grupo de trabalho para discutir os próximos passos na área.



TEIXEIRA MENDES CONTA

Um dia li que fumar era mau e deixei de fumar. Li que beber era mau e deixei de beber.

Li que comer gorduras era mau e deixei de comer.

Li que sexo era mau e ... Deixei de ler

RECEITAS PRÁTICAS E FÁCEIS

PIZZA ENROLADA



INGREDIENTES

MASSA:
1 1/2 xícara (chá) de leite morno
1 ovo
1 tablete de fermento para pão
1 colher (sobremesa) de açúcar
1 colher (chá) de sal

1/2 xícara (chá) de óleo
2 1/2 xícara (chá) de farinha de trigo

MODO DE PREPARO
no copo do liquidificador, coloque o leite morno, o ovo, o fermento esfarelado, o açúcar, o sal e o óleo

Bata. Desligue e transfira para uma tigela. Acrescente a farinha aos poucos, batendo sempre que for acrescentada, se necessário acrescente mais trigo. Abra bem grande e fininha e recheie como quiser, depois enrole igual

a rocambole, pincele com gema e ponha num prato de pizza untado com margarina. Deixe no forno até dourar a massa. Se a massa abrir na hora que estiver assando não tem problema. Rendimento: 2 pizzas

resumo de novelas

Malhação "Pro Dia Nascer Feliz"

■ Todos estranham a ausência de reação de Rômulo. Bárbara critica Caio por ter pago a autoescola de Juliana à revelia de Ricardo. Arthur confessa a confusão de sentimentos para Belinha, que termina o namoro com o rapaz. Jorjão e Belloto invadem o octógono para

acabar com a luta. Luiza interrompe a aproximação entre Lucas e Martinha. Arthur tenta beijar Júlia, que revela que tem namorado. Nanda afirma a Rômulo que Vanderson armou para que ele perdesse a luta. Joana conta a Tânia sobre os supostos depósitos feitos por Ricardo para Carmem.

Sol Nascente

■ Tanaka é socorrido e Sinhá consegue fugir. Louzada e Mesquita tentam interceptar o avião de Sinhá. Ralf briga com Daniel e Milena termina seu namoro. Alice avisa a Gaetano que Tanaka passará por uma cirurgia de risco. Ralf pede ajuda a Padre Julião para resgatar o amor de Mile-

na. Mocinha revela tudo o que sabe sobre Sinhá. A cirurgia de Tanaka é bem-sucedida. Ralf afirma que não se desculpará com Daniel e Milena. Julião se declara para Elisa. Louzada alerta a polícia americana sobre Sinhá e Cristiano. Loretta conhece François. Nasce Giulliana, filha de Carolina.

Rock Story

■ Gui percebe que um dos clientes do bar o fotografa com Diana. Yasmin e Zac passam a noite juntos. Diana leva Gui para sua casa. Gordo repreende Gui por ter faltado à reunião e se embriagado em um bar. Elias fica tenso quando Luana constata que faltam bebi-

das no estoque do bar. Léo conta a Yasmin e a Néia que Manu criticou sua música. Miguel avisa a Lázaro que o Tênis Flash não quer renovar o contrato com Léo e sim fazer a campanha publicitária com a banda 4.4. Júlia deixa Gui desesperado ao recusar a visita do músico.

Carinha de Anjo

■ Verônica e Gustavo fazem as pazes e o empresário convida a mulher para voltar a ser sua secretária. Inácio e Diana discordam sobre o futuro de Zé Felipe e Zeca. Fátima começa a desconfiar que Flávio pode ter lhe enganado quanto ao assalto. Haydee aconselha Flávio a

não ignorar Fátima para que ela não desconfie do plano. O vilão diz que fará isso e que devolverá o dinheiro pois quer aplicar um golpe maior contra a irmã de Cecília. Gustavo diz para Nicole para esquecerem por um momento o comercial dela com Dulce.

A Lei do Amor

■ Tião percebe a satisfação de Magnólia ao vê-lo. Helô e Luciane consolam Ana Luiza. Pedro lembra de quando conheceu Elio. Tião insinua que Magnólia seja a culpada pela morte de Elio. Augusto tenta convencer Vitória a desistir de saber quem é o pai de Caio. Magnólia pede para Gigi mentir para a Polícia. Ruty Raquel pensa em reconquistar Antônio. Bruno chega ao Brasil e procura

Jéssica. Olavo orienta Gigi a não mentir para ajudar Magnólia. Ciro aparece na delegacia durante o depoimento de Magnólia. Aline entra em pânico ao saber da morte de Elio e implora a ajuda de Yara. Bruno se declara para Jéssica. Miro se preocupa com Tião. Tiago estranha ao saber que Mariana está chorando. Vanessa decide contar a Pedro o que sabe sobre seu patrão.

Leia o Jornal Gazeta do Estado

gazetadoestado.com.br





Alta Roda

Buffet Eventos

Gabriela Leonhardt Barros e Julia Usevicius Leonhardt Santos, receberão os convidados com o buffet Eventos.com, além de apresentar a nova coleção da Milon, no Shopping Flamboyant. A loja conta com uma nova decoração inspirada na região de Bourdeaux, na França.

HD Hércules Dias

blog: www.herculesdias.com.br

Bia Torres

Nascida em Goiânia-Goiás, Bia Torres estuda música desde os 3 anos e faz apresentações em público desde os 4. Criou sua primeira composição em homenagem à mãe e irmãs aos 8 anos, um samba chamado Anas.

Filha de bailarina

Filha de bailarina, dança Jazz, Ballet, Street Dance e Sapateado. Já participou e foi premiada em diversos festivais nacionais e internacionais, fez cursos de dança pelo Brasil e em Nova York. No The Voice Kids em 2016 foi selecionada pela dupla Victor & Leo e ficou entre os 12 semifinalistas.

Delícia

Quem for ao Victoria Gourmet conferir as novidades encontrará opções para todos os gostos. O menu apresenta carnes grelhadas, massas, risotos, hambúrgueres, crepiocas, tapiocas, crepes e consomês.

Fotos: Divulgação



Bia Torres no Flamboyant

A ex The Voice Kids se apresentará durante coquetel de inauguração da grife infantil Milon, no Shopping Flamboyant, nesta quinta-feira, 16, durante coquetel de inauguração da loja infantil Milon, no Shopping Flamboyant.

Lanche rápido

Para aqueles que preferem um lanche mais rápido, uma diversidade de pastas, geleias, queijos, frios, conservas, saladas e quitandas estarão dispostos nas mesas de buffet.

Low Carb

Comidinhas e petiscos fáceis de manusear, mais conhecidos como finger food, também serão atração no buffet, com destaque para ceviches, wraps e carpaccios. Para os adeptos das dietas Low Carb, bolos, pães integrais e aveiocas são refeições ideais.



HD prestigiará Fernando Fischer

Hércules Dias, estará com o renomado Fernando Fischer, para celebrar os 30 anos de Colunismo Social e seu próprio aniversário. A noite de 23 de março, no espaço da Sociedade Guarani em Itajaí / SC promete estar cercada de tradicionais nomes da sociedade catarinense além de representantes de outros estados, presença massiva da imprensa nacional com sofisticação e requinte.

SOLIDARIEDADE

Todos Pelo Kaká

O menino de nove anos, Carlos Eduardo Capucho Maia tem paralisia cerebral e precisa arrecadar 250 mil reais para fazer cirurgia nos E.U.A

OBS - TEXTO NARRADO NA

1ª PESSOA - Meu nome é Carlos Eduardo Capucho Maia. Mais conhecido como Kaká, nasci em 08/01/2008 com 38 semanas pesando 2,890 kg no Hospital da Mulher em Goiânia com muita vontade de vier. Lamentavelmente entrei em sofrimento no útero da mamãe um dia antes de nascer, juntos passamos muito mal durante mais de 24hs até fazermos um exame e descobrimos que eu nem mexia mais, foi aí que nos encaminharam as presas para sala de cirurgia e me colocaram no mundo o mais rápido que puderam, porém ao nascer tive uma parada cardíaca e parei de respirar, meu corpinho foi ficando pretinho e ninguém conseguia me trazer a vida, foi quando papai do céu soprou no ouvido de um anestesista que pediu a equipe médica pra tentar pela última vez uma reanimação e foi nesse momento que voltei a vida a qual sou grato até hoje.

Após voltar tiveram que correr comigo pra UTI pois me deram nota 1 porque eu não conseguia respirar sozinho, fiquei lá por 30 dias, só então pude ir pra casa dos meus pais, Luciano Carlos Martins Maia, Gerente Comercial no grupo Fujisom e da mamãe Gabriela Jomara Lopes Capucho, que trabalhava na operadora Claro S.A e que hoje largou tudo pra dedicar todo seu tempo exclusivamente para mim e para minha irmãzinha Maria Luíza Capucho Maia.

Tudo isso porque com seis meses de vida, descobrimos que eu tenho paralisia cerebral e que fiquei com uma sequela em toda minha parte motora, foi aí que iniciamos essa nossa luta e mamãe e papai passaram a buscar todos os tipos de recursos pra que eu pudesse me-



Carlos Eduardo Capucho Maia tem paralisia cerebral e precisa arrecadar 250 mil reais para fazer cirurgia nos EUA

lhorar a cada dia, faço fisioterapias e todos os tipos de procedimentos no CRER desde os seis meses. Nunca tive o prazer de brincar em um parquinho, jogar bola, pular em um pula-pula igual as outras crianças.

Hoje tenho 09 anos e ainda não consigo andar, consigo dar alguns passos somente com ajuda de um andador, mas sou uma criança muito feliz, porque tenho Deus acima de tudo, que não me deixou ter problemas mentais, hoje estudo e sou uma criança inteligente, tenho uma família que me ama muito e vocês como amigos, que podem me ajudar a realizar meu sonho, que é fazer uma cirurgia com

o Dr. T.S Park nos E.U.A a Rizotomia Dorsal Seletiva pra que eu possa ter a possibilidade de começar a andar.

Acontece que o valor total dos gastos vão ficar mais de U\$80mil dólares, ou seja, mais de R\$250.000,00. Mas como sei que para Deus nada é impossível, conto com vocês, pois de pouquinho em pouquinho chegaremos lá, gostaria muito de pedir a vocês pra curtirem minha página no Facebook e Instagram. Todos Pelo Kaká e pra pedirem a todos os seus contatos para que façam o mesmo e se possível pra que enviem essa mensagem para os seus contatos também, conto com a oração de todos.

Caso possam me ajudar com qualquer valor, segue abaixo os dados das contas, Deus os abençoe!!!

- Banco Itaú AG: 6987 C/C 03542-2.
- Caixa Econômica AG:013 op.23 C.00000475-8.
- Banco do Brasil AG:3482-7 C/C:39060-7.
- Todas em nome de Luciano Carlos

Martins Maia

Telefones para contato:

- (Mãe) Gabriela: (062) 98430-3939
- (Pai) Luciano: (062) 992933939

Silvio Simões



Victoria Gourmet

Para comemorar seu aniversário de cinco anos, o Victoria Gourmet reforça o conceito de comida sofisticada, saborosa e saudável com o lançamento de menus especiais para lancheria e jantar. Com os novos serviços, o Victoria também ampliou o seu horário de funcionamento para melhor atender as necessidades dos clientes. Iniciado no dia 9 de março, o cardápio para lanches da tarde e jantar é servido de segunda a sexta, sempre das 16 às 22h.